- Nacional da ANPUH, em Curitiba, em 1985.
8. PESAVENTO, Sandra Jatahy. "História regional e transformação social". In: SILVA, Marcos A. (org.). *Op. cit.* p. 70.
 9. AMADO, Janaina. "História e região: reconhecendo e construindo espaços". In: SILVA, Marcos A. (org.). *Op. cit.* p. 13-14.
 10. FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *Op. cit.* p. 54-55.
 11. Ver, a respeito, KAPLAN, S. E. *Bread, politics and Political Economy in the Reign of Louis XV*. Haia, 1976. p. XX-XXI, apud GINZBURG, Carlos et al. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. Lisboa: Difel, /1991/. p. 171.
 12. Ver PETERSEN, Sílvia. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, UFRGS, n. 3, maio de 1991.
 13. Ver, a propósito, PETERSEN, Sílvia. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do "novo" e a crítica ao racionalismo. *LPH - Revista de História*. Mariana, v. 3, n. 1, p. 108-126, 1992 e ZAIDAN FILHO, Michel. *Razão e História*. Brasília: Pindorama/UnB. 1988.
 14. Ver GINZBURG, Carlo et al. *Op. cit.* p. 195.

OS ANNALES NO BRASIL. ALGUMAS REFLEXÕES*

Marcia Mansor D 'Allessio

Pesquisar a influência da "Escola dos Annales" no Brasil é refletir sobre a própria história da historiografia brasileira. Nesse sentido, este estudo pretende discutir algumas idéias a respeito das tendências historiográficas, que marcaram os estudos históricos brasileiros de 1930 aos anos 70. O corpo documental utilizado foi o conjunto dos trabalhos acadêmicos - dissertações de mestrado e teses de doutorado - elaborados neste período em duas universidades: a Universidade Católica de São Paulo e a Universidade de São Paulo. O exame desse material revela, de imediato, duas grandes presenças: a historiografia francesa e o marxismo.

Enquanto país descoberto e colonizado pelos europeus, o Brasil sempre teve fortes ligações com a Europa, sobretudo Portugal, Inglaterra e França. Até a entrada mais incisiva dos americanos no período pós segunda guerra mundial, a hegemonia, em termos de presença cultural externa, foi dos franceses. Esta evidência não explica, por si só, a aceitação das propostas dos Annales pelos historiadores brasileiros mas, certamente, revela a disponibilidade da elite do país em relação à língua, ao pensamento, em suma, ao "espírito" francês. O fato que, a partir deste acolhimento, aprofundou o relacionamento intelectual entre França e Brasil foi a vinda de um grupo de professores franceses para a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934.

Aquela que se tornou a mais importante universidade do país foi formada com a colaboração de intelectuais europeus responsáveis, em

Marcia Mansor D 'Allessio é professora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História (Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

*Texto apresentado no Colóquio Latinoamericano "Los Annales en America Latina", ocorrido na cidade do México, em outubro de 1993 e promovido pela Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO - Sede México e División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía - UNAM.

grande parte, pelo formato espiritual e funcional adquirido pela escola. Os franceses tiveram papel destacado neste empreendimento, reforçando um contato dos alunos brasileiros com a França, que vinha desde a escola secundária onde o estudo da língua francesa era obrigatório. Na recém fundada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que abrigava a seção de História e Geografia, os professores franceses trabalhavam com bibliografia e ministravam aulas em seu idioma.

As propostas metodológicas da “Escola dos Annales” tiveram a seu favor a presença, na chamada “Missão Francesa”, de Fernand Braudel que, tendo ficado alguns anos no Brasil, deixou seguidores e admiradores. Eduardo D’Oliveira França, historiador brasileiro que cursou a Faculdade nos anos 30, disse a respeito dos franceses: “(...) *sem desmerecer os mestres nacionais, queremos ressaltar mais uma vez quanto devemos aos nossos professores franceses, e o grande papel que representaram na formação cultural da nossa geração*”.¹

O marxismo entrou no país por outras vias. Além de ser uma teoria geral da história e como tal referência conceitual para a compreensão do mundo, transfigurara-se em realidade política portadora de propostas de felicidade coletiva. Marx entrou no Brasil também pela força de sua utopia.

As análises do sistema de pensamento marxiano e dos procedimentos teórico-metodológicos da “Escola dos Annales” já foram exaustivamente feitas. O objetivo desta reflexão é apenas o de perceber a influência no Brasil dessas duas correntes nos aspectos em que convergem forjando matrizes de análise no período estudado. O vocabulário histórico é um excelente laboratório para a observação dessas convergências. Começemos pela palavra estrutura que, apesar de seus múltiplos usos, em História significa o conjunto de vários elementos em funcionamento articulado, cujo tempo não é o do imediato vivido pelos sujeitos históricos. O olhar que a percebe o faz com um certo grau de generalização: estrutura não é fato individual.

Esta compreensão do fato estrutural nos conduz à palavra totalidade. Identificada à concepção marxiana da História tornou-se, hoje, na chamada crise do marxismo, uma das noções mais visadas pelos críticos de Marx. A fragmentação, a autonomia absoluta das instâncias do real, o acaso, o papel do irracional culminando com a ausência de sentido da História, tomaram-lhe o lugar. Tem-se a impressão de que totalidade é confundida com totalitarismo, identificação que ganha força após a queda dos Estados Socialistas do leste europeu, configurando uma situação onde o político se sobrepõe ao epistemológico.

A melhor forma de compreender-se a noção de totalidade é buscar seu significado na produção historiográfica. As obras de Pierre Vilar e Fernand Braudel podem ser “matéria prima” ideal para esta investigação. O primeiro por ser marxista, o segundo por ter elaborado a “dialética da duração”, ambos por fazerem parte do universo dos Annales, lugar privilegiado de prática da história total.

Em artigo publicado em 1978,² Pierre Vilar mostra a construção de elaborações marxianas fundamentais como o “primado da produção” enquanto princípio fundante da história, fórmula considerada pelo autor como das mais inovadoras do ponto de vista teórico, já que é uma resposta aos empiristas que vêem a História como uma coleção de fatos mortos.

Pelo que se depreende da análise de Vilar, fatos são mortos quando vistos pelo historiador como “fatos em si”, autônomos, isolados, o que os torna abstrações. O que lhes dá **concretude** é sua vinculação ao “processo de vida ativo”, o que significa dizer processo de produção da vida material. É esta vinculação, também, que os tira da condição de isolados para colocá-los na situação de elementos de um **processo** que tem um lugar originário de feitura. Por este caminho chegamos à totalidade, entendida como a articulação das dimensões do real a partir de um princípio fundante.

Em outro artigo, de 1969, Vilar mostra a recusa de Marx à historiografia européia, menos por seu caráter factual e mais por sua insistência em separar as múltiplas dimensões do real. “*O acontecimento político fornecia a trama. Capítulos especiais tratavam a economia, as instituições, as literaturas, a arte: admitia-se assim que elas fazem parte da história, mas esquecia-se, isolando-as, de que são a própria história*”.³

A Totalidade tem uma relação com o Tempo no sentido da inter-relação entre os ritmos da História: história narrativa/ história quadro, tempo breve/tempo longo, acontecimento/ estrutura. Ou seja, ver o Tempo histórico na inter-relação entre seus ritmos é ver a história como totalidade. Construir a totalidade é fazer este diálogo, ligando “a sucessão dos acontecimentos à dinâmica das estruturas”.⁴ Este caminho nos leva a Braudel.

A matriz da revolução historiográfica surgida com a revista dos Annales foi, no meu entender, a elaboração de uma nova concepção de Tempo histórico. A história tradicional foi questionada no momento em que o tempo curto, por ela praticado, foi considerado insuficiente para a explicação da experiência coletiva dos homens. Os fundadores da Revis-

ta e seus seguidores tomaram essa questão como o grande tema da história e seus ecos perduraram durante décadas. Fernand Braudel exaltou o tempo longo e elaborou uma das mais bem sucedidas *démarches* para o enfrentamento dos múltiplos tempos: a “dialética da duração”.⁵ Por ela, o acontecimento não é destruído ou desconsiderado. Ele simplesmente passa a interagir com os outros tempos na dinâmica rítmica fabricada pela multiplicidade temporal. Essas brevidades contêm - elas próprias - durações longas assim como, pelo seu lado breve, introduzem rupturas nas permanências, dinamizando a história.

Braudel apontou um mérito oriundo do período de hegemonia do evento: o progresso científico no manuseio do documento. Em contrapartida este progresso criou um mito: de tanto aperfeiçoar este uso acreditou-se no documento como portador da verdade. Essa afirmação conduz a uma indagação: qual a relação entre o mito do documento e o tempo breve? Talvez se possa dizer que a apreensão do real pelo evento deixa o historiador na superfície da História. Ora, estando ausente a “dialética da duração” - que, no fundo, é a totalidade elaborada a partir da relação entre os tempos - a única referência de verdade são os próprios documentos que, alinhados, reconstruirão a história. Parece ser esta situação metodológica que levou, como reação, à proposta de história-problema, história-explicação tão caras aos “annalistas”. Trabalhando com o problema como condutor da reflexão, o documento fica a serviço da explicação deixando de ser a própria explicação. Na história problematizada, o historiador faz perguntas ao documento e esse diálogo só se viabiliza se entrarem em ação os múltiplos tempos à medida que só eles possibilitam o olhar em perspectiva.

Seria um erro pensar que a multiplicidade temporal é apenas uma elaboração intelectual, um recurso metodológico para a observação da realidade. Para os historiadores que nela acreditam é, acima de tudo, uma evidência da história-objeto. Pierre Vilar, em entrevista a mim concedida em 1992, fez uma significativa exposição a propósito deste tema:

Eu gostaria de evocar um episódio pessoal. Eu o situo no País Basco, não muito longe da cidade pirinéia de Lourdes, ou seja, lugar onde os etnólogos sabem que o passado multissecular está sempre presente. Este episódio aconteceu há trinta anos, portanto, tenho certeza de que as coisas mudaram muito. Eis o que se passou: eu me encontrava em minha casa basca, quando começou uma terrível tempestade; imediatamente, temi pelas colheitas de meu vizinho (eu não tinha nenhum cultivo), um agricultor com quem eu mantinha as melhores rela-

ções e a quem fui ver logo que os primeiros raios anunciaram a violência da tempestade. Arrasado, ele me disse: 'as colheitas estão perdidas', e acrescentou, 'mas isto não surpreende'; outrora (a palavra 'outrora' aparece freqüentemente nestas conversas camponesas), em situações semelhantes, o vigário da paróquia estava em sua igreja, ele rezava e o flagelo podia acabar. 'Hoje - ele me disse com visível ressentimento - nosso vigário está em férias na Bretagne'.

Eu fui tomado por certo desejo de rir, mas, por outro lado, prestei uma atenção particular àquele lamento, pois mostrava-me funções entre tempos diversos. A crença na dependência da chuva e do bom tempo em relação à divindade e na sensibilidade da divindade em relação às preces é tão longínqua quanto a história. Mas, por outro lado, esta idéia da função do pároco é algo que data do Ancien Régime tendo causado muitos problemas também no século XIX e até, praticamente, os anos 50 de nosso século. O pároco é uma autoridade nas aldeias, mas é também um homem de ofício, um homem com uma função que, quando interrompida, torna-o negligente; nós reencontramos esta reação hoje, do camponês que trabalha da manhã ao anoitecer, de janeiro a dezembro e que não gosta de imaginar um funcionário em férias. Eu sabia que o vigário em questão estava dirigindo uma colônia de férias na Bretagne, fora da região, mas para as crianças da região, ou seja, um outro hábito ditado pela mentalidade mas que meu vizinho desconhecia. Toda essa fusão me parecia algo de muito instrutivo.

Estrutura, conjuntura, processo, totalidade são noções reveladoras de convergências significativas entre marxismo e propostas metodológicas dos Annales, matrizes que informaram a produção historiográfica no Brasil nos anos 50, 60 e 70.

Porém, se estes referenciais nortearam os trabalhos, objetos de investigação e campos de reflexão construíram-se a partir da relação entre história e historiografia vivida no próprio país.

Em 1934 - como foi dito - criou-se a Universidade de São Paulo, dois anos após a rebelião de São Paulo, o estado mais desenvolvido da União, contra o então presidente Getúlio Vargas. A chamada “Revolução Constitucionalista” significou uma reação da oligarquia paulista, deslocada do poder em 1930, contra o projeto político de Vargas de enfrentamento dos poderes locais e construção de um Estado centralizado, intervencionista, racionalizador e modernizante. Este projeto contemplava o imperativo de uma industrialização nascente que, na concepção varguista, implicava em implantação da indústria de base como si-

nônimo de emancipação econômica. Em uma realidade colonizada, isto significa rebeldia, transgressão e, conseqüentemente, luta política.

A bibliografia atual sobre a história da Universidade mostra uma interpretação de seu surgimento como uma tentativa paulista de recuperação da hegemonia perdida.⁶ Antônio Cândido de Mello e Souza - um dos maiores interpretes do Brasil - em recente entrevista diz o seguinte a esse respeito:

A Universidade de São Paulo nasceu realmente de um projeto político de setores esclarecidos da classe dominante, e seu idealizador, a pessoa que mais lutava, que mais tinha vontade que houvesse uma Universidade em São Paulo, foi Júlio de Mesquita Filho. (...) Júlio de Mesquita Filho disse mais de uma vez que eles desejavam que São Paulo, derrotado pelas armas em 1932, recuperasse a sua força através da cultura. É curioso que, numa espécie de paranóia de classe, ele compare a situação de São Paulo com a situação da França, depois de derrotada pela Alemanha em 1870, como se fosse um país. Acho que esta é a versão mais próxima da realidade: um projeto político, a fim de equiparar o Estado com os instrumentos culturais necessários para ele assumir em nível elevado a liderança da Federação.⁷

A viabilização das propostas varguistas passava pela disseminação da idéia de nação num país que se pensava em termos de regiões. Integração territorial, nomeação de interventores para o comando dos Estados, organização do mercado interno, transformação das massas em assalariados e consumidores, imposição de uma "vontade geral" foram iniciativas reveladoras de uma tentativa, por parte do Estado, de "arrancar" uma nação de um conglomerado de interesses regionais. Tratava-se de inventar o "brasileiro" que configurasse o Estado-nação exigido pela modernidade. O Poder fabrica um discurso nacionalista e faz política através dele. A repercussão é fraca. O Brasil ainda não se auto-reconhecia.

Os estudos históricos acadêmicos atestam essa realidade. Mesmo considerando-se o reduzido número de estudantes da Faculdade de Filosofia e a pequena produção universitária, o Brasil não parecia despertar grande interesse na maioria dos estudantes das décadas de 30 e 40.⁸ Mais uma vez é Antônio Cândido de Mello e Souza quem relata uma experiência de seu exame de acesso à faculdade:

O examinador, prof. Pierre Monbeig, me perguntou o seguinte:

'como se chama o vento que sopra no fim da tarde no litoral sul do Estado de São Paulo e ajuda a pesca?' (...) E eu: 'não sei'. Ele: 'qual é a técnica que os caboclos usam para enrolar o fumo?' Eu: 'não sei'. 'Este morro que o senhor está vendo pela janela a que sistema pertence?' Eu olhei e disse: 'não sei'. Ele: 'O senhor pode me descrever o Maciço Central da França?' Eu descrevi inteirinho. Ele então, arrasante: 'O senhor não tem vergonha de ignorar as coisas mais simples do seu país e falar sobre coisas da França que não tem o menor interesse para o senhor?' O professor Monbeig podia ser muito áspero. Mas eu quis com isto mostrar como os professores franceses nos ajudavam a ver a realidade local. Eles nos ensinaram a ver o Brasil.⁹

Outro depoimento da época diz: "(...) permaneceu uma espécie de inércia da produção historiográfica no campo da História do Brasil".¹⁰

Se o nacionalismo imposto pelo Estado não teve eco na sociedade brasileira dos anos 30, na década de 50, período populista do governo Vargas, ele adquire outro significado: de puramente ideológico e abstrato, o discurso nacionalista torna-se econômico e defensivo. Ocorre, então uma forte politização da questão nacional à medida que passa a ser identificada à emancipação econômica do país. Este discurso, instituído e instituinte, desenvolveu-se nos quadros da luta política em torno da implantação da indústria de base. Em última instância, tratava-se da disputa entre modelos econômicos a serem adotados naquele momento de inflexão da economia brasileira, quando estavam em jogo interesses de grupos e classes.

Getúlio Vargas descobre o "inimigo externo" construindo um auto-reconhecimento grupal pela descoberta do Outro. Logo aparecem os "inimigos internos" e através deles a questão nacional incorpora a questão social. Vargas fala em ricos e pobres, exploradores e explorados, reconhecendo o conflito antes veementemente negado pela idéia de nação harmônica. O discurso perde seu caráter asséptico, ganhando em sedução, à medida que abre um espaço para os "desfavorecidos". Neste momento, o nacionalismo penetra o tecido social, desencadeando conflitos e gerando fortes impulsos em direção à auto-construção de uma imagem parecida com a suposição do que éramos. Este movimento interno explicita-se na arte: o Teatro de Arena, surgido nos fins da década de 50, mais do que uma pregação nacionalista de esquerda que algumas interpretações enfatizam, é uma tentativa de invenção do brasileiro, através de uma forma de representar diferente daquela praticada pelo Teatro Brasileiro de Comédia - TBC - considerada "estrangeira"; o refinadíssimo

cinema de Glauber Rocha, do mesmo período, tem como objeto de contemplação o “país profundo”, as entranhas, o olhar da câmara arrancando o que havia de mais primitivo na sociedade. Esta busca desenfreada daquilo que tínhamos de mais arcaico revela uma vontade de acharmos algo que fôsse-mos “nós” para nos reconhecermos parecidos conosco. Do ponto de vista cultural, foi o momento mais brasileiro do Brasil concluído em 68, quando se ouviu o último grito de “*Yankees Go Home*” vindo das passeatas estudantis.

Vejamos como estava a produção historiográfica da academia neste período. Nos anos 50 e 60, na Universidade Católica, cinco teses foram defendidas, duas sobre o Brasil. Na Universidade de São Paulo, houve a defesa de quarenta e quatro trabalhos, vinte quatro sobre o Brasil: quinze sobre o período colonial, sete sobre o período imperial, dois sobre o período republicano. É interessante notar que mais da metade das pesquisas estavam no campo da história colonial.

O tema predominante dos trabalhos da área de história do Brasil, neste período, são as **relações comerciais** sobretudo entre América e Europa. A construção desse tipo de objeto de investigação talvez tenha uma relação com a necessidade de buscar fatos fundantes de nossa história localizados no período colonial, que passa, então, a direcionar os primeiros olhares dos historiadores para questões dele decorrentes. Além disso, relações comerciais entre América e Europa é tema que se inscreve no âmbito de investigação do fenômeno colonização-colonialismo, cuja análise, naquele momento, poderia estar correspondendo cada vez mais à radicalização do sentimento de inconformismo em relação à nossa condição de colonizados. É sintomática a recorrência da palavra **mercantilismo**, fato estrutural que situa o país na longa duração, possibilitando um conhecimento mais aprofundado da realidade.

Nos primeiros anos da década de 60, começam a surgir, na bibliografia, obras de historiadores franceses, principalmente aqueles ligados ao espírito dos *Annales*: Marc Bloch, Lucien Febvre, Braudel, Labrousse, Pierre Vilar aparecem com frequência em trabalhos do período. Em alguns deles já se nota a abordagem estrutura-conjuntura-fato. Por outro lado, Marx aparece muito pouco neste momento.

A década de 70 marca um momento de inflexão na produção historiográfica das duas Universidades analisadas. Talvez para isso tenha influído o estabelecimento de uma política nacional homogeneizadora sobre titulação acadêmica. Mas pode-se afirmar com certa dose de segurança que a situação política do país teve um papel muito grande nos rumos dos estudos históricos. Vivíamos a ditadura militar instaurada em 1964.

Os trabalhos acadêmicos aumentaram quantitativamente a partir

dos anos 70 e a preferência de pesquisas começou a deslocar-se do período colonial para os períodos imperial e republicano.

Se nas décadas de 50 e 60 foi possível notar a predominância da questão comercial como objeto de investigação, o aumento descomunal de trabalhos defendidos na década de 70 impediu que se detectasse alguma hegemonia temática, pois houve uma grande diversificação, embora os campos de reflexão estivessem centrados, geralmente, na história econômico-social e na história política. No entanto, as matrizes forjadas na convergência entre pressupostos marxianos e procedimentos “annalistas” permearam, com maior ou menor intensidade, toda a produção analisada.

Os autores franceses já citados continuam presentes na bibliografia, aparecendo outros nomes como Delumeau, Le Goff, Soboul. Nos meados da década, começam a ser muito lidos pensadores como Engels, Marx, Lukács, Althusser, Lucien Goldman, Marcuse, Sartre, Poulantzas, Gunder Frank, Hobsbawm. Neste momento não só o Brasil é muito estudado como os autores brasileiros suplantam os estrangeiros em quantidade nas bibliografias. É óbvio que isso se deve ao fato de que nos anos 70, várias gerações de cientistas sociais e historiadores já se haviam formado. Mas, de qualquer forma, a preferência pela bibliografia brasileira deve significar também uma vontade cultural e política de ficar “perto” do Brasil.

A noção de “estrutura” permeia o conteúdo dos trabalhos e a esse respeito poderia ser citada, como exemplo, uma dissertação de mestrado, defendida em 1977, sobre as missões jesuíticas do Itatim.¹¹

O que chama a atenção neste trabalho é a existência de um capítulo sobre a questão geográfica, o que nos remete a Pierre Vilar e sua insistência na abordagem deste aspecto, sempre lembrando os ensinamentos de quem considera seu mestre, Ernest Labrousse. Em seguida vêm as estruturas sócio-econômicas e, finalmente, o fato político-cultural “Missões Jesuíticas”. Esta é uma sequência apenas enquanto forma de exposição. Os itens não configuram realidades estanques, ao contrário, têm organicidade interna e entre eles. A bibliografia contém inúmeras obras sobre modo de produção, capitalismo, sub-desenvolvimento e autores como Bloch, Braudel, Febvre, Vilar, Marx, Engels, Lukács, Gunder Frank, Poulantzas, Levi Strauss, Le Goff, Pierre Nora, Weber ao lado de inúmeros autores brasileiros. O trabalho é a própria síntese da aliança *Annales*-marxismo, que se expressa em uma prática historiográfica de totalidade.

A década de 70 deixou alguns setores da sociedade perplexos com

a perversidade do modelo econômico da ditadura militar, viabilizado por uma altíssima concentração de renda e arrocho salarial para as camadas mais desfavorecidas, e pela brutalidade da repressão política inaugurada com o golpe em 1964.¹² Tem-se a sensação de que intelectuais de esquerda constroem uma identidade grupal que transpõe a vontade de transformar o Brasil e na importância e força da produção intelectual. Foram trabalhadas temáticas cruciais para o conhecimento do país como: Escravidão, Passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, Nascimento do proletariado brasileiro, Imigração, Oligarquias, Coronelismo, Passagem do Império para a República, Revolução de 1930.

Economistas e sociólogos têm, naquele momento, um grande prestígio. A sociologia incorpora a questão econômica nos seus objetos e abordagens, tornando as estruturas econômicas-sociais o centro das reflexões. Os historiadores utilizam os referenciais saídos dessa produção.

Em meados da década, com o esgotamento do chamado “milagre econômico”, a situação social e política do país é tensa. Acirram-se as contradições de classe, surgindo movimentos armados no campo e na cidade contra a ditadura militar. Trabalhadores movimentam-se recriando sua condição, sua auto-imagem e colocando a palavra *trabalho* no centro do vocabulário político nacional. Provavelmente, essas experiências tenham uma relação com o lugar ocupado nas ciências sociais e, posteriormente, na história pelos temas referentes às classes trabalhadoras.

Nos trabalhos analisados, aparecem temas sobre a classe operária e sindicato. Cria-se uma cumplicidade entre intelectuais e setores desfavorecidos da população, a ponto de mudar a correlação de forças no país. A década fecha-se com uma esperança política e uma confiança no conhecimento produzido e na generosidade do saber. Do ponto de vista da historiografia, os anos 80 chegaram com uma abertura para os chamados “novos temas”.

As duas últimas décadas têm mostrado transformações na produção historiográfica da Universidade brasileira, sobretudo no que se refere a temas trabalhados e autores consultados por mestrandos e doutorandos. Trata-se de um momento importante da história da história e como tal merecedor de uma pesquisa específica. Nesse sentido, pretendo apenas levantar algumas questões para a reflexão.

Pode-se dizer que um dos traços definidores do perfil dos estudos históricos nos anos 80 e 90 é a profusão dos chamados “novos temas”.

No Brasil, um dos campos de reflexão que os produziu foi o do mundo do trabalho.

Como foi dito, a década de 80 foi portadora de grandes esperanças em relação à redemocratização: exilados pelo regime militar voltaram ao país, a luta pela Anistia foi vitoriosa, setores da sociedade civil organizavam-se, novos partidos políticos foram criados, o movimento sindical crescia. Em 1984, houve uma grande mobilização por eleições diretas: um milhão de pessoas foram às ruas. Cidadania passou a ser a palavra mais constante do vocabulário político e a condição mais desejada por setores progressistas da população.

Dado o papel decisivo desempenhado pelos trabalhadores neste quadro político, cada sinal de mobilização popular era atentamente observado pelos cientistas sociais. Os “movimentos sociais”,¹³ como foram chamadas essas mobilizações, tornaram-se um campo específico de pesquisa no interior do qual surgem novas abordagens sobre a classe trabalhadora. Os estudos anteriores, que davam aos operários apenas a função de força produtiva ou confinavam-nos nos quadros das organizações formais, foram questionados, surgindo a proposta de um novo olhar, suficientemente amplo, capaz de captar o viver pleno destes setores da população. Abre-se um leque infinito de objetos. A pesquisa passa a contemplar temas como habitação, saúde, lazer, religião, alimentação, costumes, emoções, lembranças etc.. Revela-se a necessidade de pesquisar a intimidade da História. A bibliografia vai adquirindo novo perfil: E. Hobsbawm, E. P. Thompson, Raymond Williams, Raphael Samuel, Michelle Perrot, Walter Benjamin são autores muito citados. Michel Foucault informa de maneira decisiva os jovens pesquisadores ao mostrar o poder esparramado por todos os poros da sociedade, bem próximo da vivência concreta de pessoas e grupos.

Outro campo produtor de “novos temas” é o da cultura. Nota-se, atualmente, uma presença marcante de questões culturais como preocupação dos historiadores. Nas Universidades brasileiras, este fato é bastante visível. Quais seriam os fatores que teriam reconduzido estas questões ao centro dos debates? Poderíamos pensar, em primeiro lugar, na própria História.

Nosso fim de século sofre uma contradição decisiva: a convivência da globalização com a fragmentação e sua dolorosa consequência, o reordenamento das identidades grupais, uma vez que no centro daquele binômio está o abalo sofrido pelos Estados-nacionais.

Embora menores que o universo dos Estados Imperiais e a referência universalizante da Igreja Católica, os Estados-nacionais alargaram

enormemente as realidades regionais, tornando-se a referência grupal mais importante do século XX, tanto por fatos concretos como delimitação territorial, centralização do poder, unificação da moeda e da língua, organização interna do mercado de trabalho e consumo, como por fatos simbólicos daí decorrentes, como bandeiras, hinos, monumentos, ou seja, códigos de referência que identificaram pessoas, grupos, povos.

Embora o Estado, expressão política da nação, continue absolutamente intacto, o fenômeno da mundialização, com a internacionalização da economia e da cultura, cria uma tensão entre símbolos nacionais e universais, os últimos diluindo os primeiros. Um sinal nítido desta realidade parece ser a “União Européia”, surgida da necessidade de enfrentamento, pela Europa, do avanço econômico dos Estados Unidos e Japão, sobretudo após a queda do mundo socialista que funcionava como uma espécie de anteparo àquele avanço.

O processo gradual de consolidação da “União Européia” parece estar minando importantes suportes concretos do sistema simbólico referencial. O “Tratado sobre a União Européia”, assinado em Maastricht pelos Estados membros,¹⁴ em fevereiro de 1992 prevê: eliminação das barreiras aduaneiras; livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais; moeda única; política externa e de segurança comuns e a perspectiva de uma defesa comum; Banco-central Europeu e a instituição de uma cidadania da União.

Neste quadro, mesmo os mais sedutores símbolos vão perdendo seu poder de aglutinação e a fidelidade à nação - entendida como Estado-nacional - vai entrando para o universo das lembranças. Por outro lado, os fatos estão mostrando um processo doloroso: não há povo que passe impune por este movimento de deslocamento dos marcos referenciais. O sentimento de pertencimento está de tal modo ameaçado que, na França, o projeto de lei autorizando a ratificação do “Tratado sobre a União Européia”, apresentado aos franceses em 1992, para ser submetido a plebiscito, termina com um parágrafo que contém a seguinte frase: “a França não desaparecerá ao ratificar o Tratado de União Européia”.

Ao mesmo tempo que o Estado-nação perde sua hegemonia como lugar privilegiado de auto-reconhecimento dos povos, assistimos a um forte movimento, gestado no interior dos agrupamentos humanos, de resgate e reorganização de referenciais, agora mais íntimos, mais próximos das características e interesses imediatos das pessoas e grupos: os sentimentos de pertencimento hoje dizem respeito a grupos étnicos, de gênero, sexuais etc.

Esta reorganização de identidades grupais implica em busca e explicitação de costumes, valores, tradições pelos grupos que se auto-reconhecem. A partir daí configuram-se culturas, entendidas como formas de vida e afirmação de diferenças. A historiografia capta este movimento do real histórico e transforma-o em campo de investigação. Como autores muito lidos por mestrandos e doutorandos, no Brasil, temos: M. Agulhon, R. Chartier, M. De Certeau, C. Ginzburg, A. Corbin, L. Hunt, M. Bakhtin.

Na recolocação das culturas, o passado é um tempo privilegiado: explica a construção do “Nós” e legitima o grupo daí decorrente. Portanto, o estudo destes fenômenos passa pelo mergulho na longa-duração, lugar de construção de mentalidades.

A história das mentalidades é, hoje, muito divulgada e estudada no Brasil. Através dela continua-se o diálogo com a historiografia francesa. G. Duby, R. Mandrou, J. Le Goff, M. Vovelle, P. Chaunu, J. Delumeau, Le Roy Ladurie, P. Ariès são autores que se destacam nas bibliografias atuais.

Este fecundo campo de reflexão possibilitou a abertura, nos estudos históricos, para os chamados micro-objetos. Abordando as mentalidades, historiadores colocaram em evidência temáticas relativamente desprestigiadas no período de hegemonia da história econômico-social.

Conceituar micro-objeto é tarefa para uma reflexão específica. De qualquer forma, o que se nota nos temas aos quais se pode acrescentar o tema “micro” é um impulso em direção à *intimidade* da experiência coletiva dos homens; não por acaso a subjetividade ganha um novo estatuto no conhecimento histórico e expressões como “cotidiano”, “vida privada”, “memória”, “lembranças” não entram no vocabulário do historiador por uma simples questão de moda.

Em estudo que analisa o confronto entre ideologia e mentalidade, Michel Vovelle apresenta a primeira como um pensamento sistematizado e a segunda como um modo voluntariamente *empírico* de pensar.¹⁵ A palavra empírico, nesta reflexão, remete-nos a idéia de vivência e chegamos a Ginzburg que propõe definir a micro-história como “ciência do vivido”.¹⁶

Esta movimentação no interior da historiografia levou alguns historiadores, como Lawrence Stone,¹⁷ a imaginarem uma suposta oposição entre novos objetos e estudos estruturais, o que provocou um artigo de Eric J. Hobsbawm¹⁸ contestando Stone ao mostrar que entre a “nova história” e a história que analisa estruturas pode haver complementariedade mais que antagonismo apontando, inclusive, a confortável situa-

ção dos historiadores dos “novos objetos” por poderem utilizar estudos estruturais realizados anteriormente.

Há, portanto, motivos suficientes para acreditar-se que certas matrizes resultantes da convergência entre pressupostos marxianos e procedimentos metodológicos dos “Annales” ainda persistem no tempo dos “novos temas”.

(...) mesmo que se trate de conceitos que na nossa época já não podem ser utilizados como Marx os utilizava, continua no entanto a ser verdade que escravidão, feudalismo, capitalismo conseguem ter uma vitalidade na medida em que são captados como “estruturas”.¹⁹

São palavras de Jacques Le Goff.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Contribuição do Departamento de História à Historiografia Brasileira. *Boletim Informativo*. Série de Publicações da USP, Ano II, n.7, 1971.
2. VILAR, Pierre. “Marx e a História”. In: HOBBSBAWM, Eric J. *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1980. v. 1.
3. VILAR, Pierre. “A História depois de Marx”. In: VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
4. Ibid.
5. BRAUDEL, Fernand. “A longa duração”. In: BRAUDEL, Fernando. *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
6. Esta informação sobre a fundação e os primeiros anos da Universidade de São Paulo foi tirada da dissertação de mestrado de Sônia Maria de Freitas, defendida em 1992 na USP. A autora fez entrevistas com dez grandes intelectuais brasileiros que estudaram na USP, entre os anos de 1930 e 1950. FREITAS, Sônia Maria. *Reminiscências: contribuição à memória da FFCL/USP: 1934-1954*. São Paulo: 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. /Mimeografado/
7. MELLO E SOUZA, A. Cândido de. (Entrevista).Ibid.
8. É importante frisar que falo, exclusivamente, da produção de *história na Universidade*, espaço onde foi divulgada e ensinada a “École des Annales”, já que meu objeto de investigação neste trabalho é a influência da “École” no Brasil. Fora da Universidade e, em alguns casos, fora da área de História há uma imensa e definitiva produção sobre o Brasil desde o início do século só para ficar no século 20. Em 1922, ocorreu a “Semana de Arte Moderna”, fato cultural dos mais importantes do Brasil Contemporâneo,

em que intelectuais, artistas, escritores, poetas debruçaram-se sobre o país com uma força talvez nunca vista em outros momentos. Nas áreas de sociologia, história, economia, política há autores, que escreveram na década de 30, até hoje estudados como: Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen. Um estudo sobre a produção cultural do Brasil que deve ser consultado: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.

9. MELLO E SOUZA, A. Cândido de. (Entrevista).In: FREITAS, Sônia Maria. *Reminiscências: contribuição à memória da FFCL/USP: 1934-1954*. São Paulo: 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. /Mimeografado/
10. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Idem.
11. FONSECA, Regina Maria D'Aquino. *As Missões Jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai (Séculos XVI-XVII)*. Parte I - Enquadramento Espaço-Temporal do Itatim. 1. Âmbito geográfico do Paraguai e localização do Itatim. 2. Problemas de acesso e ocupação do território. Parte II - Estruturas sócio-econômicas do Paraguai. 1. O problema da mão-de-obra e a política “encomendera”. 2. Relações de produção e comércio: os entraves coloniais. 3. Decadência de Assunção. Parte III - As missões Jesuíticas. 1. Chegada dos jesuítas na região platina: a ação da Companhia de Jesus. 2. Desdobramento do trabalho missionário no Paraguai. Parte IV - Os jesuítas no Itatim. 1. As reduções jesuíticas do Itatim. 2. Economia e organização das missões do Itatim. 3. Considerações gerais sobre a economia paraguaia e as missões do Itatim. Conclusões.
12. Sobre este período ver JANOTTI, M. de Lourdes Monaco; D'ALESSIO, Marcia Mansor. *Produção acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP*. /No prelo/
13. Ver sobre este assunto: - JANOTTI, M. de Lourdes Monaco; D'ALESSIO, Marcia Mansor. *Produção acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP*. /No prelo/. - DE DECCA, Edgar Salvadori. “Rebelião e revolução na história social”. In: *Jogos da política. Imagens, representações e práticas*. ANPUH/São Paulo, São Paulo: Marco Zero-FAPESP, s/d. - MARSON, Adalberto. “Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais”. In: *Jogos da política. Imagens, representações e práticas*. ANPUH/São Paulo, São Paulo: Marco Zero-FAPESP, s/d. - JACOBI, Pedro Roberto. “Movimentos sociais: teoria e prática em questão”. In: SCHERER-WARREN, I; KRISCHKE, P. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
14. Há uma vastíssima produção hoje, na França, a respeito da Unificação Europeia. Destaco alguns artigos: - MOUGIN, Olivier. Une Europe sans fantasmes?. *Esprit*. Paris, n.176, 1991. - Discussion entre DELORS,

Jacques; HASSNER, Pierre; LE GOFF, Jacques; TOURAINE, Alain. La communauté européenne et les chocs de l'histoire. *Esprit*. Paris, n.176, 1991. - CHAUDRON, Martine; SUAUD, Charles; TERTRAIS Yves. Les français, entre crainte et désir d'Europe?. *Esprit*. Paris, n.176, 1991. - THEBAUD, Paul. L'Europe: essai d'identification?. *Esprit*. Paris, n.176, 1991. - Diverger, Maurice. L'Europe: balkanisée, communautaire ou dominée?. *Pouvoirs*. Paris, PUF, n.57, 1991.

15. "É tempo de fazer uma pausa e reenfocar o problema que nos preocupa: mentalidade e ideologia. Entre um conceito elaborado, longamente amadurecido, mesmo que a última palavra esteja evidentemente longe ainda de ser dita e uma noção como a de mentalidade, reflexo conceitual de uma prática ou de uma descoberta progressiva - é verdade que recente, mas incontestavelmente fluida ainda -, carregada de sucessivas conotações, compreende-se que o ajustamento seja difícil: eles provêm de duas heranças diferentes e também de dois modos de pensar; um mais sistemático e o outro voluntariamente empírico, com todos os riscos que isso acarreta". VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.17.
16. GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1989. p. 178.
17. STONE, Lawrence. O renascimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Past and Present*, nº 85, nov. 1979. p. 3-24.
18. HOBBSBAM, Eric J. O renascimento da narrativa: alguns comentários. *Past and Present*, nº 86, fev. 1980. p. 3-8.
19. LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 29.

ACERVOS SOBRE HISTÓRIA PLATINA EXISTENTES NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Heloisa Jochims Reichel
Ieda Gutfreind*

APRESENTAÇÃO

As oportunidades para uma maior integração dos países banhados pela bacia do rio da Prata, propiciadas pelos *Seminários de Integração do Cone Sul*, que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS vêm realizando desde 1989, começam a apresentar resultados.

É o caso desta *Relação dos Acervos de Fontes Documentais e Bibliográficas sobre História Platina*, existentes nos Núcleos de Pesquisa vinculados aos Cursos de Pós-Graduação das Universidades do Estado, que ora apresentamos.

Fruto do trabalho desenvolvido pelo GRUPO DE DISCUSSÃO HISTÓRIA PLATINA, durante o II Seminário de Integração do Cone Sul, que ocorreu em setembro de 1991, esta *Relação* tem por objetivo apresentar a documentação histórica relativa aos países que integram a bacia do Prata e que se encontra disponível nos Acervos dos cursos de Pós-Graduação do Estado. Para tal, foi feito um levantamento das fontes documentais e bibliográficas existentes nas três instituições de ensino superior da Grande Porto Alegre e que realizam pesquisa sobre o tema : a Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Heloisa Jochims Reichel e Ieda Gutfreind foram professoras do Departamento de História e do CPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente trabalham no CPG em História da UNISINOS.